

Nordeste Logística II S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Padre Carapuço, 752 -
6º andar, Sala 601 Boa Viagem,
Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Acionistas e Administradores da
Nordeste Logística II S.A.
Cabedelo - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nordeste Logística II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nordeste Logística II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Situação econômico-financeira

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 4.848 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e, nessa data, apresentava prejuízos acumulados no montante de R\$ 5.304 mil. A Administração vem efetuando monitoramento permanente desta situação, adotando medidas que possam impactar positivamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e vem obtendo, através de seus acionistas, recursos necessários para manutenção e continuidade das operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém montantes relevantes de saldos e transações, efetuadas com base em condições negociadas entre a Companhia e seus acionistas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de correções de erros descritos na Nota Explicativa nº 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria datado de 30 de abril de 2021, sem ressalvas. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2021, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.1 que foram efetuados pela administração para alterar as demonstrações financeiras de 2020. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2020 tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

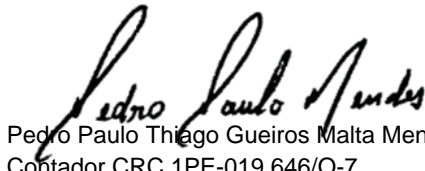
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de novembro de 2022

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes
Contador CRC 1PE-019.646/O-7

Nordeste Logística II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>01/01/2020</u>
			<u>Reapresentado</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.283	18.496	7.263
Contas a receber	6	361	-	-
Impostos a recuperar		29	-	-
Despesas antecipadas		147	32	30
Total do ativo circulante		<u>18.820</u>	<u>18.528</u>	<u>7.293</u>
Ativo não circulante				
Imobilizado	7	21.691	-	-
Direito de uso de ativos	8	18.084	4.501	4.501
Total do ativo não circulante		<u>39.775</u>	<u>4.501</u>	<u>4.501</u>
Total do ativo		<u>58.595</u>	<u>23.029</u>	<u>11.794</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nordeste Logística II S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e 1º de janeiro de 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>01/01/2020</u>
			<u>Reapresentado</u>	<u>Reapresentado</u>
Passivo circulante				
Fornecedores		6.061	4	-
Obrigações trabalhistas		4	-	-
Obrigações fiscais		51	-	-
Arrendamento a pagar	8	3.305	-	-
Total do passivo circulante		<u>9.421</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante				
Arrendamento a pagar	8	11.797	-	-
Total do passivo não circulante		<u>11.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido				
Capital social		42.681	23.481	7.299
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	4.501
Prejuízos acumulados		(5.304)	(456)	(6)
Total do patrimônio líquido	9	<u>37.377</u>	<u>23.025</u>	<u>11.794</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>58.595</u>	<u>23.029</u>	<u>11.794</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nordeste Logística II S.A.
Demonstrações dos resultados para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	10	2.322	-
Custos dos serviços prestados	11	(4.960)	-
Prejuízo bruto		----- (2.638)	----- -
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(1.380)	(450)
Resultado antes do resultado financeiro		----- (4.018)	----- (450)
Resultado financeiro	12		
Receitas financeiras		97	-
Despesas financeiras		(927)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		----- (4.848)	----- (450)
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-
Prejuízo do exercício		----- <u>(4.848)</u>	----- <u>(450)</u>
Prejuízo por ação - R\$	9	(0,14)	(0,04)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nordeste Logística II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(4.848)	(450)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(4.848)</u>	<u>(450)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nordeste Logística II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Adiantamento Futuro Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		7.299	4.501	(6)	11.794
Integralização do capital	-	4.501	(4.501)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-		11.681	-	11.681
Integralização do capital	9	11.681	(11.681)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(450)	(450)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		23.481	-	(456)	23.025
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	19.200	-	19.200
Integralização do capital	9	19.200	(19.200)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(4.848)	(4.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>42.681</u>	<u>-</u>	<u>(5.304)</u>	<u>37.377</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nordeste Logística II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(4.848)	(450)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.462	-
Juros sobre arrendamentos	924	-
Redução (aumento) nos Ativos		
Contas a receber	(361)	-
Impostos a recuperar	(29)	(2)
Despesas antecipadas	(115)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	63	4
Obrigações trabalhistas e fiscais	55	-
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(1.849)	(448)
Adições ao imobilizado	(17.523)	-
Caixa usado nas atividades de investimento	(17.523)	-
Integralização do capital	19.200	11.681
Pagamento de arrendamento	(41)	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	19.159	11.681
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(213)	11.233
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.496	7.263
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.283	18.496
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(213)	11.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. Contexto operacional

A Nordeste Logística II S.A. (“Companhia”) é uma, Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), constituída em 02 de outubro de 2019, tem por único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, da área e infraestrutura pública localizada dentro do Porto Organizado de Cabedelo, Paraíba, para atividades de armazenamento e depósito, de todo tipo de produto, sólidos, líquidos e gasosos por conta de terceiros, e ainda operações de terminais aquaviários para movimentação de carga e descarga, principalmente de graneis líquidos, especialmente combustíveis. A Companhia está estabelecida na Rua Coronel José Teles, 497, Bairro Santa Catarina, Cabedelo, Paraíba, CEP 58.100-405.

1.1. Contrato de arrendamento

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), realizou Licitação, na modalidade Leilão Presencial, conforme procedimento descrito no Edital nº 08/2018- ANTAQ e no Manual de Procedimentos, objetivando a seleção de proposta mais vantajosa, adotando-se o critério de maior Valor de Outorga, para a celebração de Contrato de Arrendamento de área e infraestrutura públicas localizadas dentro de porto organizado. A Licitação observou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC previsto na Lei nº 12.462/11, bem como as regras e procedimentos estabelecidos na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 e no Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, e, subsidiariamente, nas Leis nºs 8.666/93 e 8.987/95.

A Companhia ofertou R\$ 18.005 de valor de outorga e venceu o leilão para o arrendamento de área e infraestrutura pública para movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos, especialmente combustíveis, localizada dentro do Porto Organizado de Cabedelo, na Paraíba, denominada AE-10.

Em 16 de dezembro de 2019, foi celebrado o Contrato de Arrendamento nº 06/2019 entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Infraestrutura (Poder concedente), com a interveniência da ANTAQ e da Companhia Docas do Estado da Paraíba com a Companhia. O contrato tem por objetivo o arrendamento de área com 18.344 m², localizada dentro do Porto Organizado de Cabedelo, no Estado da Paraíba, a ser utilizada para a movimentação, armazenagem e distribuição de graneis líquidos, especialmente combustíveis, com estimativa de movimentação mínima determinada no item 7.1.2.1 do contrato e tem o prazo de 25 anos a partir de 24 de fevereiro de 2021 (data de assunção).

1.2. Situação econômico-financeira e continuidade operacional

A Companhia encontra-se em operação comercial desde a data de assunção. O sucesso das operações futuras depende de atingimento das projeções de resultado da Administração e, principalmente, pela obtenção de financiamento e/ou apoio financeiro dos acionistas para a conclusão do empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta prejuízo do exercício de R\$ 4.848 e prejuízos acumulados de R\$ 5.304.

Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente situação patrimonial e financeira da Companhia.

1.3. Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (Covid-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais e municipais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Companhia constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia.

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Companhia atuou em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira.

A Companhia adotou com agilidade o regime de home office para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, a Companhia praticou diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, seguindo o princípio de valorização das pessoas.

As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades da Companhia e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros.

Permanece incerto até que ponto as demonstrações financeiras, após 31 de dezembro de 2021, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta à crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Companhia.

1.3.1. Impactos operacionais

As medidas implementadas de isolamento social, restrições à movimentação de pessoas e à operação de certos negócios devido à pandemia do Covid-19 afetaram a atividade econômica no Brasil nos últimos dois anos, contudo, com o avanço da vacinação os impactos negativos foram reduzidos nos últimos meses. A Companhia não sofreu impactos nas operações atuais, seguindo seu curso dentro da normalidade de mercado, entretanto o planejamento para sua ampliação do parque de armazenamento foi impactado por motivos da lentidão nos órgãos públicos, atrasos nos licenciamentos, dentre outros efeitos da pandemia.

A administração da Companhia continua mantendo a disciplina no controle de despesas para preservação de caixa e a seletividade na alocação de capital sem comprometer o crescimento sustentável.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais emanam da Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e Lei 11.638/07, bem como Resolução Normativa nº 28 da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A emissão das referidas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de novembro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro dos acionistas.

c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

e) Uso de estimativas e julgamentos

i) Principais premissas e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

ii) Não aplicação da ICPC 01 Contratos de Serviço de Concessão

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, para que um contrato de concessão seja aderente a ICPC 01 (R1) é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: **(i)** regulamentação e controle da concessionária pela concedente; **(ii)** determinação de preço; e **(iii)** determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na ICPC 01 (R1) e o Contrato de Arrendamento firmado com a União por Intermédio do Ministério da Infraestrutura (Poder Concedente), a Administração da Companhia entende que a adoção da ICPC 01 (R1) não é aplicável.

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

No exercício de 2021, a Administração da Companhia decidiu reapresentar os valores correspondentes referentes a demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, devido a correção de erros no registro dos saldos iniciais de contrato de arrendamento e classificação de adiantamentos para futuro aumento de capital para a conta de capital social, por entender que estes registros refletem de forma mais apropriada sua posição patrimonial e financeira. Em decorrência desse fato, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 1º de janeiro de 2020, foram ajustadas e estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com o CPC 23 que trata de políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2020 Originalmente apresentado	Ajustes	2020 Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	18.496	-	18.496
Despesas antecipadas	32	-	32
Total do ativo circulante	18.528	-	18.528
Ativo não circulante			
Intangível	18.005	(18.005)	-
Direito de uso de ativos	-	4.501	4.501
Total do ativo não circulante	18.005	(13.504)	4.501
Total do ativo	36.533	(13.504)	23.029
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	4	-	4
Impostos a pagar	-	-	-
Total do passivo circulante	4	-	4
Passivo não circulante			
Contratos de longo prazo	13.504	(13.504)	-
Total do passivo não circulante	13.504	(13.504)	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11.800	11.681	23.481
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.681	(11.681)	-
Prejuízos acumulados	(456)	-	(456)
Total do patrimônio líquido	23.025	-	23.025
Total do passivo e patrimônio líquido	36.533	(13.504)	23.029

Ativo	01/01/2020		Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes	
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.263	-	7.263
Despesas antecipadas	30	-	30
Total do ativo circulante	7.293	-	7.293
Ativo não circulante			
Intangível	18.005	(18.005)	-
Direito de uso de ativos	-	4.501	4.501
Total do ativo não circulante	18.005	(13.504)	4.501
Total do ativo	25.298	(13.504)	11.794

Passivo e patrimônio líquido	01/01/2020		Reapresentado
	Originalmente apresentado	Ajustes	
Passivo não circulante			
Contratos de longo prazo	13.503	(13.503)	-
Total do passivo não circulante	13.503	(13.503)	-
Patrimônio líquido			
Capital social	7.299	-	7.299
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.501	-	4.501
Prejuízos acumulados	(6)	-	(6)
Total do patrimônio líquido	11.794	-	11.794
Total do passivo e patrimônio líquido	25.297	(13.503)	11.794

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, depósitos bancários, aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

b) Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. O prejuízo da Companhia é basicamente constituído de suas despesas operacionais.

c) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo recolhimento do imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real (em 2020, lucro presumido). A Companhia apresenta prejuízo no exercício.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

ii) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado:

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

iii) Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

e) Ativo Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide Nota Explicativa nº 7).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil dos bens, e são revisadas anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece no balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide Nota Explicativa nº 8). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado.

O valor presente do contrato de arrendamento foi calculado utilizando taxa incremental de desconto, considerando parâmetros de mercado, sendo a taxa livre de risco de longo prazo calculada pelos parâmetros das Notas do Tesouro Nacional série "B" (NTN-B) e o prêmio de risco de crédito calculado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

A Companhia aplica as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e contratos de baixo valor. Nesses casos, a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

i) Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

h) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das normas listadas a seguir, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos financeiros se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e, quando aplicável, foram adotados pela Companhia, sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia, sendo:

- CPC 06 (R2) – arrendamentos;
- CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- CPC 27 – ativo imobilizado;
- CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação; e
- CPC 48 – instrumentos financeiros.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 26 (R1) / IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras; e
- CPC 23 / IAS 8 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata.

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	18.283	18.283	18.496	18.496
Contas a receber	361	361	-	-
Fornecedores	6.061	6.061	4	4

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	18.283	18.496
Total	18.283	18.496

6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia.

	2021	2020
Clientes faturados	37	-
Clientes a faturar	324	-
Total	361	-

- (a) Títulos a receber decorrentes da prestação de serviços, realizadas e registradas em conformidade com a competência contábil do exercício, mas ainda não faturadas para os clientes em decorrência de condições contratualmente estabelecidas.

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado em andamento		80	-	80	-
Computadores e periféricos	20%	30	(3)	27	-
Equipamentos e instalações	7% a 20%	23.227	(1.821)	21.406	-
Máquinas e equipamentos	10%	146	(2)	144	-
Outros		34	-	31	-
Total		23.517	(1.826)	21.691	-

8. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia possui contrato de arrendamento de áreas portuárias.

a) Ativos de direito de uso

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020 Reapresentado	Adições e remensurações	Saldo em 31/12/2021
Custo				
Áreas portuárias (*)	25	4.501	14.219	18.720
Amortização acumulada				
Áreas portuárias (*)		-	(636)	(636)
Custo líquido		4.501	13.583	18.084

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2019	Adições e remensurações	Saldo em 31/12/2020 Reapresentado
Custo				
Áreas portuárias (*)	25	4.501	-	4.501
Amortização acumulada				
Áreas portuárias (*)		-	-	-
Custo líquido		4.501	-	4.501

(*) Refere-se ao valor presente de parcelas fixas, parcelas de movimentações mínimas contratuais e parcelas de outorga referentes ao contrato de arrendamento de áreas portuárias para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos, especialmente combustíveis.

b) Passivo de arrendamento a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada a seguir:

31/12/2021

Saldo inicial	-
Adições e remensurações	14.219
Apropriação de juros	924
Pagamentos de arrendamentos	(41)
Saldo final	15.102
Circulante	3.305
Não circulante	11.797

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência do contrato de arrendamento de áreas portuárias, estão apresentados a seguir:

Até 01 ano	3.317
De 01 a 02 anos	3.490
De 02 a 03 anos	3.529
De 03 a 04 anos	3.533
De 04 a 05 anos	3.537
Mais de 05 anos	7.133

O contrato relacionado ao arrendamento a pagar é indexado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

9. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 42.681 (R\$ 23.481 em 2020) dividido em 42.680.711 (23.480.711 em 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, proporcionalmente entre os sócios:

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	14.227
Raízen Combustível S.A.	14.227
Vibra Energia S.A.	14.227
Total	42.681

Direito das ações

Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a 01 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Lucro líquido (prejuízo) por ação

O lucro líquido (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há outros instrumentos patrimoniais ou de dívidas com efeitos diluidores do capital, portanto, o lucro (prejuízo) líquido por ação é compatível com o lucro básico por ação.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

Básico/diluído	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício (em milhares)	(4.848)	(450)
Média ponderada de ações	35.737.149	11.799.000
Prejuízo básico e diluído por ação expresso em reais	(0,14)	(0,04)

10. Receitas

	2021	2020
Receita de serviços	2.711	-
Receita bruta	2.711	-
Impostos sobre receitas	(389)	-
Receita líquida	2.322	-

11. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesa por natureza		
Serviços	(3.561)	(450)
Amortização e depreciação (i)	(2.462)	-
Despesas gerais	(233)	-
Outros	(84)	-
Total	(6.340)	(450)
Classificadas como:		
Custos dos serviços prestados	(4.960)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.380)	(450)

(i) Valor líquido dos créditos de PIS e Confins no montante de R\$ 4.

12. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Rendimentos de aplicações financeiras	97	-
Receitas financeiras	97	-
Juros do arrendamento	(924)	-
Juros passivos	(3)	-
Despesas financeiras	(927)	-
Total	(830)	-

13. Partes relacionadas

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo				Resultado				
	Contas a receber		Fornecedores		Adiantamento para futuro aumento de capital		Receita		Custos /despesas		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Acionistas											
Vibra Energia	-	(a)	-	5.994 (e)	-	-	-	385 (a)	-	341	-
Ipiranga Produtos de Petróleo	4	(b)	-	-	-	-	-	41 (b)	-	-	-
Raízen Combustíveis	1	(c)	-	216 (d)	-	-	-	15 (c)	-	2.111 (d)	-
Total	5	-	6.210	-	-	-	-	441	-	2.452	-

- (a) Através de contrato firmado em 01 de julho de 2021, a Companhia presta serviços de Terminal de Armazenagem de Graneis Líquidos (combustível) para o acionista Vibra Energia S.A.;
- (b) Através de contrato firmado em 23 de agosto de 2021, a Companhia presta serviços de Terminal de Armazenagem de Graneis Líquidos (combustível) para o acionista Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.;
- (c) Através de contrato firmado em 10 de abril de 2021, a Companhia presta serviços de Terminal de Armazenagem de Graneis Líquidos (combustível) para o acionista Raízen Combustíveis.;
- (d) Através de contrato firmado em 09 de abril de 2021, o acionista Raízen Combustíveis. presta serviços de Operação e Movimentação de Combustível (carga e descarga) para a Companhia;
- (e) Saldo a pagar decorrente de aquisição de bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 23.227.

b) Remuneração da administração

A remuneração global da administração em 2021 foi de R\$ 101 e não há outras remunerações como plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.

14. Imposto de renda e contribuição social

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, e o imposto de renda a 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, ambos em atendimento às disposições fiscais em vigor.

As despesas de contribuição social e imposto de renda apropriados no resultado foram apurados conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Prejuízo contábil antes do IRPJ e CSLL	(4.848)	(450)
Adições:		
Juros de arrendamento	924	-
Depreciação de arrendamento	636	-
Exclusões:		
Contrato de arrendamento	(41)	-
Lucro real (prejuízo fiscal)	(3.329)	(450)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	-	-

15. Transação não envolvendo o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou: **(a)** registro do ativo de arrendamento em contrapartida do passivo de arrendamento a pagar no montante de R\$ 14.219; **(b)** aquisição de ativo imobilizado em contrapartida de fornecedores no montante de R\$ 5.994, essas transações não afetaram o caixa e, portanto, não foi refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa.

16. Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2022, os acionistas efetuaram aumento de capital social no montante de R\$ 1.500, com integralização em moeda corrente nacional.

Os administradores declaram a inexistência de outros fatos ocorridos subsequentes, além do acima descrito, à data de encerramento do exercício, que venham a surtir efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da sociedade, ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Sob as penas da Lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por elas.

* * *

JENER LUIZ CORREIA
CONTADOR
CPF Nº 431.396.394-49
CRC Nº PE 010587/O-3

GLANOR PEREIRA CEZAR
DIRETOR PRESIDENTE
CPF Nº 388.905.770-53